



Os funcionários não estão organizados para a eleição

SERVIDOR VENCE?

Eles são muitos, mas votos estão dispersos

Eles formam o maior contingente eleitoral do Distrito Federal e se unidos fossem, decididos a votar em bloco, dariam para eleger, no mínimo, três deputados federais e um senador. Formariam o maior partido político brasileiro. E se os cálculos forem levados em conta os familiares deles, sem dúvida nenhuma, ficariam com mais da metade da representação política de Brasília na futura Assembleia Nacional Constituinte.

São os funcionários públicos desorganizados, carentes de consciência política e de espírito de classe, têm chances apenas de realmente eleger um representante para o Congresso Nacional.

Considerando-se apenas os da ativa, eles somam 77 mil no Governo do Distrito Federal e 70 mil no Governo Federal. Os números devem ultrapassar a casa dos 200 mil se computados os aposentados e servidores da administração indireta (autarquias, empresas mistas e fundações).

O PT - Partido dos Trabalhadores, descobriu cedo a dimensão de tal filão, mas por falha de estratégia não soube conquistar nele uma fatia definida. Na sua lista de candidatos o único que de alguma forma tem identificação mais estreita com a classe é Maria Laura, mas são bem remotas suas chances de eleição.

A possibilidade concreta de eleger, talvez dois, representantes dos funcionários públicos está exclusivamente com o PMDB. O

Partido da Frente Liberal não tem nenhum candidato bem cotado que possa ser considerado representante dos servidores, e os demais partidos ou não têm chance de eleger qualquer constituinte ou, se alimentam alguma esperança, esta fica longe de nomes comprometidos com as reivindicações da classe.

A bandeira do servidor público — e sua quilométrica lista de reivindicações — concentra-se, desse modo, nas mãos de dois candidatos: Geraldo Campos e Aristóteles Gusmão, ambos com um passado de luta considerável em favor da categoria.

Domingos Monteiro, assessor da presidência da Federação dos Servidores Públicos de Brasília acha que, concretamente, seus companheiros estão divididos entre os dois do PMDB. A seu ver, os servidores públicos do Governo do Distrito Federal fecham em bloco em torno do nome de Geraldo Campos, enquanto Aristóteles Gusmão fica na área do Serviço Público Federal.

Esse raciocínio é apoiado por Carlos Couto, coordenador de campanha de Aristóteles Gusmão, e pelo próprio candidato. Com ele, entretanto, não concorda inteiramente Antônio Luiz Barbosa, da Coordenação do comitê de Geraldo Campos. Barbosa argumenta que de fato o maior reduto de Geraldo Campos se localiza entre os servidores do GDF, mas diz contar, também, com boa penetração entre os fun-

cionários dos Ministérios da Educação, Administração, Interior, Fazenda, Presidência da República, Câmara dos Deputados e Tribunais.

O loteamento imaginário tem alguma base na realidade e foi definido pela atuação de cada um deles, como líderes da categoria. Geraldo Campos foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Servidores da Novacap em 1960. Lembra Domingos Monteiro, da Federação de Servidores Públicos, que na gestão de Geraldo os servidores ganharam um sentido de organização e mobilização ao nível de qualquer sindicato, tendo na época conquistado várias vitórias, inclusive a estabilidade, que teve o veto do presidente Jânio Quadros derubado no Congresso Nacional.

Mas aí veio o Movimento Militar. Geraldo Campos foi preso, torturado, demitido da Novacap e cassado em seus direitos políticos.

Aristóteles Gusmão é um líder mais recente, mas sem conseguir, como Geraldo, um mínimo de unidade em torno de seu nome. Foi presidente da Associação dos Servidores do Ministério da Justiça por duas vezes e presidente, fundador, secretário-geral e vice-presidente da Federação dos Servidores Públicos de Brasília, seu cargo atual. E também vice-presidente da Confederação Latino-Americana dos Servidores Públicos, com sede em Caracas, na Venezuela.